



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 837, DE 2013

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

MSC 56/2013

AVISO 139/2013

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 26 de agosto de 2011.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
(MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 26 de agosto de 2011.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 8 de maio de 2013.

Deputado NELSON PELLEGRINO
Presidente

MENSAGEM N.º 56, DE 2013

(Do Poder Executivo)

AVISO Nº 139/13 – CASA CIVIL

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 26 de agosto de 2011.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia

sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 26 de agosto de 2011.

Brasília, 19 de fevereiro de 2013.

EM Nº 00463 MRE

Brasília, 22 de setembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 26 de agosto de 2011, por mim e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Geórgia, Grigol Vashadze.

2. O mencionado Acordo foi assinado com o objetivo isentar de visto para entrar, transitar e sair do território de qualquer uma das Partes, em todos os pontos abertos ao tráfego internacional de passageiros, os nacionais da República Federativa do Brasil e os nacionais da Geórgia, titulares de passaportes comuns válidos, para fins de turismo e negócios, por um período máximo de noventa (90) dias a cada período de cento e oitenta (180) dias.

3. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o artigo 49, inciso I, combinado com o artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA GEÓRGIA SOBRE ISENÇÃO PARCIAL DE VISTOS PARA
PORTADORES DE PASSAPORTES COMUNS**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Geórgia
(doravante denominados as “Partes”),

Desejando fortalecer os laços de amizade e cooperação entre os dois países;

Reconhecendo a necessidade de facilitar as viagens de seus nacionais entre os territórios de ambos os países,

Acordam o seguinte:

Artigo 1

1. Nacionais de ambas as Partes, portadores de passaportes comuns válidos, estarão isentos de vistos para entrar, sair, transitar e permanecer no território da outra Parte, para fins de turismo e negócios, por um período máximo de noventa (90) dias a cada período de cento e oitenta (180) dias, contados da data da primeira entrada.
2. O termo “fins de negócios”, mencionado neste artigo, significa participar de encontros de negócios, negociar contratos, discutir projetos, bem como realizar outras atividades que não caracterizem trabalho remunerado ou emprego no território do Estado da outra Parte.
3. Os nacionais de qualquer das Partes, portadores de passaportes nacionais válidos, devem obter os vistos apropriados segundo a legislação da outra Parte se pretendem permanecer no território do Estado da outra Parte por período superior a 90 dias ou desempenhar atividades empregatícias ou remuneradas no território da outra Parte.

Artigo 2

Os nacionais do Estado de uma das Partes podem entrar, transitar, permanecer e sair do território da outra Parte através de qualquer ponto da fronteira aberto ao tráfego internacional de passageiros.

Artigo 3

1. Os nacionais das Partes respeitarão as leis e os regulamentos vigentes no território da outra Parte durante sua estada.
2. As Partes intercambiarão, por via diplomática, leis e regulamentos nacionais concernentes a entrada, movimento e estada de estrangeiros em período não superior a 30 (trinta) dias após a data de assinatura deste Acordo e informarão prontamente sobre eventuais mudanças.

Artigo 4

As Partes readmitirão seus nacionais nos territórios de seus respectivos Estados sem formalidades ou despesas adicionais.

Artigo 5

Este Acordo não cerceia o direito de cada Parte de recusar a entrada ou reduzir a permanência de cidadãos do Estado da outra Parte considerados indesejáveis.

Artigo 6

1. As Partes intercambiarão, por via diplomática, exemplares de seus passaportes válidos, no prazo máximo de trinta (30) dias após a data de assinatura deste Acordo.
2. Caso haja introdução de novos passaportes ou modificação dos existentes, as Partes intercambiarão, por via diplomática, exemplares de seus novos passaportes, assim como informações relativas às suas características e aplicação, com a antecedência mínima de trinta (30) dias antes de entrarem em circulação.

Artigo 7

1. Por razões de segurança pública, ordem pública ou saúde pública, qualquer das Partes poderá suspender a aplicação deste Acordo total ou parcialmente.
2. A suspensão e sua subsequente revogação serão notificadas à outra Parte por via diplomática, no mais breve prazo possível.

Artigo 8

Este Acordo não será aplicado em prejuízo de leis e regulamentos nacionais das Partes que regulem a entrada, trânsito, permanência e saída de estrangeiros de seus territórios, se as provisões deste Acordo estabelecerem regime mais restritivo para a entrada e permanência dos nacionais da outra Parte Contratante, em seu território.

Artigo 9

Quaisquer divergências que surjam entre as Partes advindas deste Acordo serão resolvidas por via diplomática.

Artigo 10

1. Este Acordo entrará em vigor trinta (30) dias a partir do recebimento da segunda nota diplomática em que uma Parte informa à outra do cumprimento dos respectivos requisitos legais internos para sua entrada em vigor.
2. Este Acordo poderá ser emendado mediante consentimento mútuo entre as Partes, por meio de Protocolos, que serão parte integrante deste Acordo. Esses Protocolos entrarão em vigor nos termos do parágrafo 1 deste artigo.
3. Este Acordo será válido por tempo indeterminado, a não ser que uma das Partes resolva denunciá-lo, notificando a outra Parte por via diplomática. A denúncia terá efeito noventa (90) dias após o recebimento da notificação.

Feito em Brasília, em 26 de agosto de 2011, em dois exemplares originais, nos idiomas português, georgiano e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Antonio de Aguiar Patriota
Ministro das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

PELO GOVERNO DA
GEÓRGIA

Grigol Vashadze
Ministro dos Negócios Estrangeiros
da Geórgia

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

I – RELATÓRIO

Com fundamento no artigo 49, inciso X, combinado com o artigo 58, inciso VIII, da Constituição Federal, a Excelentíssima Senhora Presidente da República, por meio da Mensagem em epígrafe, encaminha ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 26 de agosto de 2011.

O instrumento sob exame compõe-se de 10 (dez) artigos, antecedidos de conciso preâmbulo. O Artigo 1 isenta dos vistos de entrada, saída, trânsito e permanência, os nacionais de ambas as Partes, portadores de passaportes comuns, em viagem de negócio ou turismo. O prazo máximo de permanência desses visitantes será de 90 (noventa) dias a cada período de 180 (cento e oitenta) dias.

O parágrafo 3 do Artigo 1 determina, expressamente, que o visto será exigido quando o prazo de estada for superior a 90 (noventa) dias, ou quando o visitante pretenda exercer atividade remunerada no território da outra Parte.

Por seu turno, o Artigo 3 estatui que os nacionais das Partes devem respeitar as leis e regulamentos da outra Parte durante sua estada. As partes se comprometem a intercambiar, no prazo de 30 (trinta) dias, por via diplomática, as leis e regulamentos nacionais concernentes à entrada, permanência e saída de estrangeiros no respectivo território.

Além das normas jurídicas, as Partes intercambiarão, no prazo de 30 dias após a assinatura do presente Acordo, exemplares de seus passaportes, assim como informações relativas às características e aplicação desses documentos (Artigo 6).

Nos termos do Artigo 5, cada uma das Partes poderá recusar a entrada ou reduzir a permanência de nacionais da outra, considerados indesejáveis.

No Artigo 7, trata-se da hipótese de suspensão do instrumento pactuado, por razões de segurança, ordem pública ou saúde pública por qualquer das Partes. Quando uma Parte optar pela suspensão deverá comunicar o fato à outra, por via diplomática, no mais breve prazo possível.

O Artigo 8 estatui que o Acordo não será aplicado, quando as leis e regulamentos nacionais estabelecerem regime menos restritivo para a entrada e permanência de nacionais da outra Parte do que as regras previstas no Acordo.

Os Artigos 9 e 10 contêm normas de natureza adjetiva, quais sejam, vigência, denúncia, procedimentos de emenda e solução de controvérsias.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O compromisso internacional sob exame tem por escopo incrementar o fluxo de turistas e de viagens de negócios entre as Partes, por meio da isenção de vistos nos passaportes comuns.

O instrumento pactuado assemelha-se a muitos outros firmados pelo Brasil com diversas nações amigas. A título exemplificativo, com idêntico propósito, qual seja, isenção de vistos de curta duração, o Brasil possui acordos com a Argentina (celebrado em 9 de dezembro de 1997), com a Bolívia (celebrado em 30 de outubro de 1995), com El Salvador (celebrado em Brasília, em 24 de julho de 2007), com Portugal (Acordo sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas, promulgado pelo Decreto nº 6.427, de 7 de abril de 2008), com a República Tcheca (celebrado em 29 de abril de 2004), com a Croácia (celebrado em 25 de fevereiro de 2005), com a França (Acordo por Troca de Notas, celebrado em 28 de maio de 1996), com a Ucrânia (celebrado em 2 de dezembro de 2009), com a Rússia (celebrado em 26 de novembro de 2008) entre outros.

No caso do presente Acordo, as regras convencionadas simplificam as formalidades para o ingresso nos Estados Partes, enfatizam o

respeito às respectivas leis nacionais, bem como abordam aspectos relacionados à eventual suspensão da aplicação do compromisso internacional, por motivos de segurança pública, de ordem pública ou de saúde pública.

Sob o ângulo do Direito Internacional Público, o Acordo constitui instrumento de intercâmbio e de aproximação entre as Partes, motivo pelo qual se coaduna com o princípio da cooperação entre os povos, insculpido no inciso IX do art. 4º da Constituição Federal.

Em face dos argumentos expostos, **VOTO** pela concessão de aprovação legislativa ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 26 de agosto de 2011, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo em anexo.

Sala da Comissão, em 15 de abril de 2013.

Deputado ÁTILA LINS
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº _____ DE 2013

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 26 de agosto de 2011.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 26 de agosto de 2011.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer

atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 15 de abril de 2013.

Deputado ÁTILA LINS
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela aprovação da Mensagem nº 56/13, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta, acatando o parecer do relator, Deputado Átila Lins.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Nelson Pellegrino - Presidente; Perpétua Almeida, Íris de Araújo e Urzeni Rocha - Vice-Presidentes; Alfredo Sirkis, Almeida Lima, Átila Lins, Carlos Alberto Leréia, Carlos Zarattini, Claudio Cajado, Damião Feliciano, Dr. Luiz Fernando, Emanuel Fernandes, Geraldo Thadeu, Gonzaga Patriota, Henrique Fontana, Hugo Napoleão, Jair Bolsonaro, Janete Rocha Pietá, Josias Gomes, Márcio Marinho, Nelson Marquezelli, Roberto de Lucena, Sebastião Bala Rocha, Vitor Paulo, Walter Feldman, Zequinha Marinho, Benedita da Silva, Fabio Reis, Marcelo Aguiar, Osvaldo Reis e Raul Henry.

Sala da Comissão, em 8 de maio de 2013.

Deputado NELSON PELLEGRINO
Presidente

FIM DO DOCUMENTO
